

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS**

1T2024

CEMIG

SUMÁRIO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	1
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
BALANÇOS PATRIMONIAIS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	13
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	16
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	18
1. CONTEXTO OPERACIONAL	18
2. BASE DE PREPARAÇÃO	19
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	20
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	21
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	22
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	23
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	25
10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	25
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	25
12. ATIVOS DE CONTRATO	28
13. INTANGÍVEL	29
14. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	30
15. ARRENDAMENTOS	30
16. FORNECEDORES	31
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	32
18. DEBÊNTURES	33
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	35
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	36
21. PROVISÕES	37
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	38
23. RECEITA LÍQUIDA	39
24. CUSTOS E DESPESAS	40
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	43
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	43
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	47
28. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS	52
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR	54
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA	56
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	57

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(As informações deste relatório de desempenho não foram revisadas pelos auditores independentes)

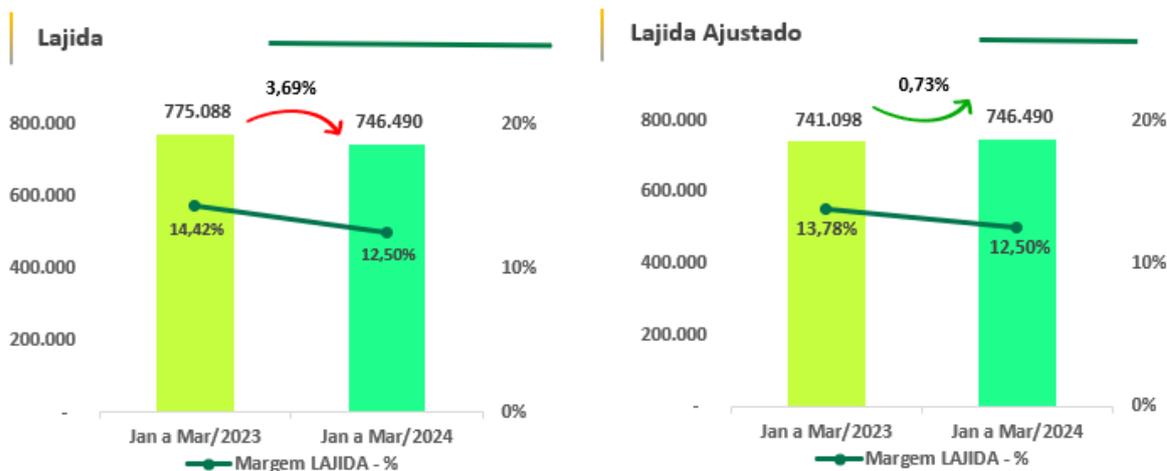
Resultado do trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro trimestre de 2024, lucro líquido de R\$322.338 em comparação a R\$369.530 no mesmo período em 2023. As principais variações na comparação dos resultados de 2023 e 2022 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	Nota	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Var %
Lucro líquido do exercício		322.338	369.530	(12,77)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	8c	99.173	118.970	(16,64)
Resultado financeiro líquido	26	108.780	92.348	17,79
Amortização	25c	216.199	194.240	11,31
= Lajida (1)		746.490	775.088	(3,69)
Pós emprego - Cemig Saúde	21	-	(33.990)	-
= Lajida ajustado (2)		746.490	741.098	0,73

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM 156/2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas políticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM 156/2022, excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa, uma vez que são extraordinários.

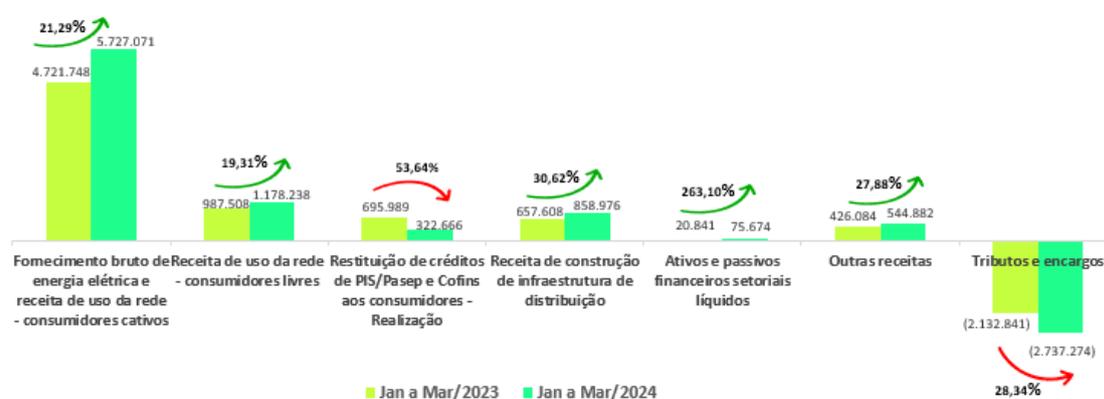


Receita líquida

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	5.727.071	4.721.748
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	322.666	695.989
Receita de uso da rede - consumidores livres	1.178.238	987.508
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	75.674	20.841
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	858.976	657.608
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	30.951	30.844
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(45.927)	(38.469)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	-	(3.766)
Outras receitas operacionais	559.858	437.475
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(2.737.274)	(2.132.841)
	5.970.233	5.376.937

Receita líquida (R\$ Milhões)



Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.727.071 no primeiro trimestre de 2024, em comparação a R\$4.721.748 no mesmo período de 2023, representando um aumento de 21,29%.

	Jan a Mar/2024			Jan a Mar/2023			Variações (%)	
	MWh(1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh(1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh(1)	R\$
Residencial	3.250.170	3.126.497	961,95	2.984.825	2.394.793	802,32	8,89	30,55
Industrial	275.264	280.060	1.017,42	334.141	267.124	799,43	(17,62)	4,84
Comércio, serviços e outros	1.076.142	1.318.467	1.225,18	1.113.679	1.186.640	1.065,51	(3,37)	11,11
Rural	600.086	528.042	879,94	517.361	390.205	754,22	15,99	35,32
Poder público	252.541	223.285	884,15	223.654	164.544	735,71	12,92	35,70
Iluminação pública	248.003	130.982	528,15	269.516	116.991	434,08	(7,98)	11,96
Serviço público	219.441	185.343	844,61	272.353	164.251	603,08	(19,43)	12,84
Subtotal	5.921.647	5.792.676	978,22	5.715.529	4.684.548	819,62	3,61	23,65
Consumo próprio	8.188	-	-	7.545	-	-	8,52	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	17.603	-	-	40.467	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(83.208)	-	-	(3.267)	-	-	-
Total	5.929.835	5.727.071	-	5.723.074	4.721.748	-	3,61	21,29

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita com consumo próprio, receita de suprimento a outras Concessionárias e fornecimento não faturado.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações no fornecimento de energia estão descritas a seguir:

Residencial

A quantidade de energia faturada residencial aumentou 30,55% no primeiro trimestre de 2024 em comparação ao mesmo período em 2023. Este aumento está relacionado, entre outros, aos seguintes fatores:

- I) aumento de 3,1% na quantidade de consumidores;
- II) aumento de 5,6% no consumo médio mensal por consumidor (passando de 131,9 kWh/mês no primeiro trimestre de 2023 para 139,2 kWh/mês no primeiro trimestre de 2024);
- III) temperaturas mais elevadas;
- IV) ações de recuperação de perda.

Industrial

O aumento de 4,84% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais deve-se, principalmente, ao crescimento do setor industrial em Minas Gerais apresentando um crescimento de 5,8% no primeiro trimestre de 2024.

Rural

Mesmo com a redução na quantidade de unidades consumidoras, o consumo da classe rural aumentou 16,4% no 1º trimestre de 2024 com relação ao 1º trimestre de 2023. Esse crescimento está relacionado ao aumento expressivo no consumo ligado à irrigação, devido a escassez de chuvas nos meses de dezembro/23 e janeiro/24, impactando o consumo de janeiro/24 e fevereiro/24.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro trimestre de 2024, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.178.238, comparada a R\$987.508 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 19,31%.

Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos na base de cálculo do ICMS. A Lei Complementar 194/2022 retirou da base de cálculo do ICMS os encargos de transmissão e distribuição, porém, em fevereiro de 2023, o Decreto 45.572/2023 voltou com estes encargos para a base de cálculo do tributo. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 5,1% na energia transportada exercício de 2023, em comparação ao exercício anterior.

	MWh(1)		
	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Var %
Industrial	5.299.342	5.122.930	3,44
Comercial	581.198	498.671	16,55
Rural	14.706	10.699	37,45
Serviço Público	124.589	104.622	19,08
Poder Público	1.052	753	39,71
Concessionárias	76.189	64.686	17,78
Total de energia transportada	6.097.076	5.802.361	5,08

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No primeiro trimestre de 2024, foi reconhecida uma receita no montante de R\$75.674, em comparação a uma de receita de R\$20.841 no mesmo período em 2023. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com encargos de uso da Rede Básica e com energia comprada para revenda.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11b destas informações contábeis intermediárias.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou um ajuste na receita referente à realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$322.666 no primeiro trimestre de 2024, em comparação ao montante de R\$695.989 no mesmo período em 2023. Essa recomposição da receita decorre da Cemig considerar o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de Pis/Pasep e Cofins. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 17 destas informações contábeis intermediárias.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$858.976 no primeiro trimestre de 2024, comparadas a R\$657.608 no mesmo período em 2023, demonstrando um aumento de 30,62%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao período anterior, destacando-se a realização de um grande volume de obras de atendimento a clientes, em função do aquecimento do mercado, em especial do agronegócio, e a alta dos preços dos insumos das obras (materiais e serviços). Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.737.274 no primeiro trimestre de 2024 em comparação a R\$2.132.841 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 28,34%. Essa variação decorre, substancialmente, da variação na base de cálculo do ICMS, ocorrida nos exercícios comparados, para todas as classes de consumo, conforme já mencionado.

Custos e despesas

Os custos e despesas foram de R\$5.439.942 no primeiro trimestre de 2024, comparados a R\$4.796.089 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 13,42%.

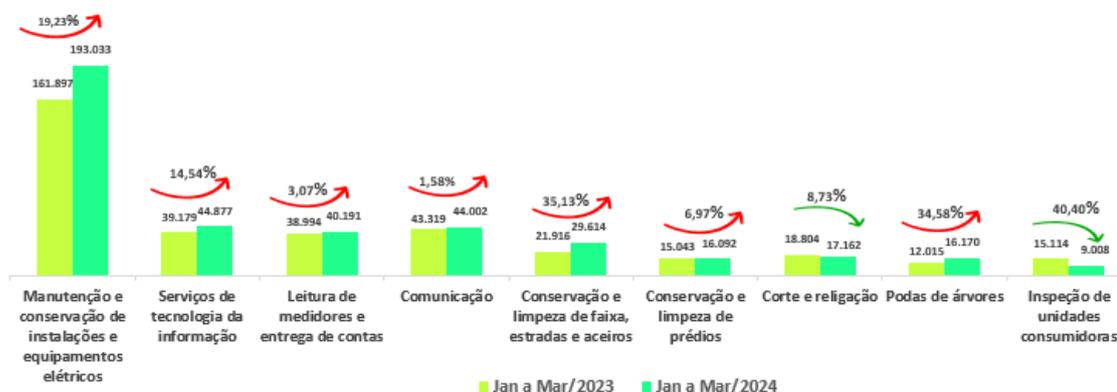
As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas podem ser obtidas na nota explicativa nº 24 informações contábeis intermediárias.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do primeiro trimestre de 2024 foi uma despesa no montante de R\$96.053, em comparação a uma despesa de R\$73.266 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre, principalmente, dos efeitos do custo do serviço passado, no resultado, ocorrido no primeiro trimestre de 2023, devido à adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, o Plano Premium, ofertado pela Companhia (mais detalhes na nota explicativa nº 20 destas informações contábeis intermediárias).

Serviços de terceiros

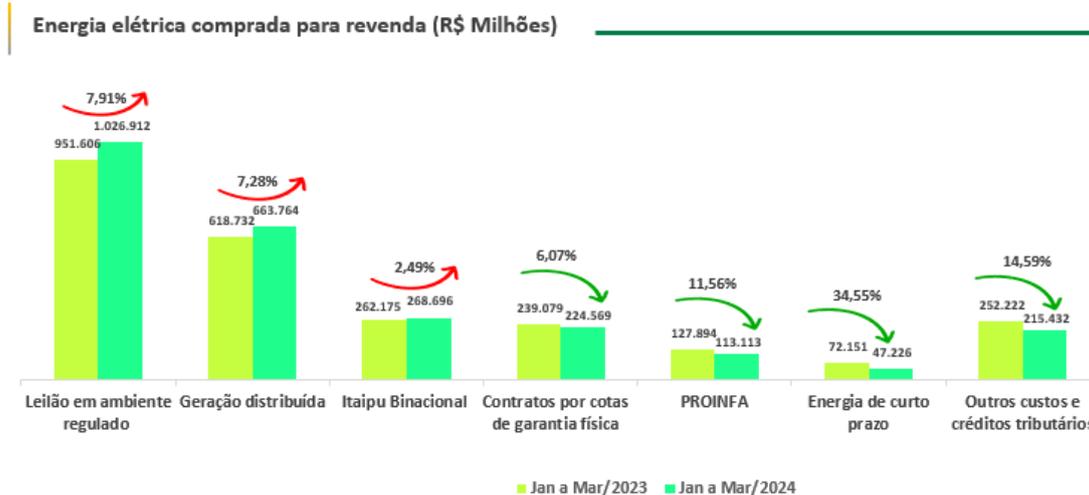
Serviços de terceiros



A despesa com serviços de terceiros foi de R\$445.590 no primeiro trimestre de 2024, comparada ao montante de R\$401.236 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 11,05%. Os principais fatores que impactaram essa despesa foram:

- aumento de 19,23% na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$193.033 no primeiro trimestre de 2024, comparada a R\$161.897 no mesmo período em 2023. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento de aproximadamente 9,2% no valor do serviço contratado, somado ao aumento na quantidade de atendimentos emergenciais realizados;
- aumento de 35,13% na despesa com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros, sendo R\$29.614 no primeiro trimestre de 2024, comparada a R\$21.916 no mesmo período em 2023, e aumento de 34,58% na despesa com podas de árvores sendo R\$16.170 no primeiro trimestre de 2024 comparado a R\$12.015 no mesmo período em 2023. Ambas as variações decorrem principalmente de uma maior realização de serviços em 2024. A Companhia iniciou com a mobilização esperada de equipes e está sendo feita uma antecipação da execução, visando impactar positivamente no cumprimento do DEC.
- redução de 40,40% na despesa com inspeção de unidades consumidoras sendo de R\$9.008 no primeiro trimestre de 2024 comparado a R\$15.114 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre principalmente de um menor número de inspeções realizadas no primeiro trimestre de 2024, porém o planejamento para 2024 é de realizar um número de inspeções próximo ao realizado em 2023.

Energia elétrica comprada para revenda



O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.399.373 no primeiro trimestre de 2024, comparado a R\$2.323.814 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 3,25%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 7,91% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$1.026.912 no primeiro trimestre de 2024 comparado a R\$951.606 no mesmo período em 2023. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos;
- aumento de 7,28% no custo com geração distribuída, sendo de R\$663.764 no primeiro trimestre de 2024 comparado a R\$618.732 no mesmo período em 2023. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (260.700 no primeiro trimestre de 2024, comparada a 214.926 no mesmo período em 2023) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.438 GWh no primeiro trimestre de 2024, comparado a 997 GWh no mesmo período em 2023);
- redução de 11,56% no custo com PROINFA, sendo de R\$113.113 no primeiro trimestre de 2024 em comparação a R\$127.894 no mesmo período em 2023. Essa redução se deve principalmente ao regime de ventos em toda a região nordeste o qual foi muito abaixo do normal registrado nos períodos anteriores, tendo impactado a geração eólica de diversos empreendimentos.
- redução de 6,07% no custo com contratos por cotas de garantia física, sendo de R\$224.569 no primeiro trimestre de 2024 em comparação a R\$239.079 no mesmo período em 2023. Essa redução decorre principalmente da sazonalidade de alocação de energia conforme determinação do regulador ANEEL.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24a.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$875.363 no primeiro trimestre de 2024, comparado a R\$729.462 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 20%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela maior necessidade de despachos térmicos em 2024 em decorrência de altas temperaturas, além da entrada em operação dos contratos de energia de reserva decorrentes do Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 (PCS), com consequente aumento dos encargos de energia de reserva no primeiro trimestre de 2024.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 11b.

Provisões

As provisões foram de R\$191.393 no primeiro trimestre de 2024, comparadas a R\$66.653 no mesmo período em 2023. As principais variações que explicam essa variação são:

- aumento de 88,89% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$24.896 no primeiro trimestre de 2024, em comparação à constituição líquida de R\$13.173 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre, principalmente, do provisionamento de ações judiciais em que são discutidas diferenças salariais, com os seus reflexos, e pagamento de hora extra;
- aumento de 223,32% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$46.648 no primeiro trimestre de 2024, em comparação à constituição líquida de R\$14.428 no mesmo período de 2023. Essa variação decorre, principalmente, decisão desfavorável à Companhia em processo sobre contrato de fornecimento de energia elétrica;
- variação nas perdas de créditos esperadas (PCE), que apresentou uma constituição líquida de R\$72.978 no primeiro trimestre de 2024 em comparação à constituição líquida de R\$8.081 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre da alteração, em agosto de 2022, do limite para o reconhecimento integral de perdas, passando de 12 para 24 meses, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de crédito esperadas referentes aos saldos vencidos de clientes. Essa alteração foi sentida ao longo de 12 meses impactando o primeiro trimestre de 2023.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no primeiro trimestre de 2024 foi uma despesa financeira de R\$108.780, comparada a uma despesa financeira de R\$92.348 no mesmo período em 2023. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, tendo sido uma receita financeira de R\$1.790 no primeiro trimestre de 2024, comparada a uma receita financeira de R\$ 26.610 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre, basicamente, da redução do saldo de itens atualizados pela Selic, constituídos até 31 de março de 2024, comparado ao saldo dos mesmos itens no período anterior;
- aumento de 18,26% na receita financeira com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$72.904 no primeiro trimestre de 2024, comparadas a R\$61.649 no mesmo período em 2023. Essa Variação justifica-se, em especial, pela elevação do ticket médio das faturas de energia impactadas pela retomada da base de cálculo do ICMS dos encargos de transmissão e distribuição, em fevereiro de 2023 (Decreto 45.572/2023)."
- redução de 42,38% na despesa financeira líquida com atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo de R\$20.590 no primeiro trimestre de 2024, comparada a R\$35.736 no mesmo período de 2023.
- aumento de 51,11% a despesa de encargos de empréstimos e debêntures, sendo R\$105.638 no primeiro trimestre de 2024 comparativo a R\$69.906 no mesmo período de 2023. Esse aumento decorre principalmente da 10ª emissão de debêntures ocorrida em março de 2024. Essa variação decorre da redução da variação monetária do passivo em virtude da parcela restituída aos consumidores referentes aos indébitos tributários de PIS/Pasep e Cofins, conforme determinado na revisão tarifária periódica da ANEEL, em maio/2023.
- variação no resultado líquido com variação monetária de debêntures, tendo sido uma despesa financeira de R\$49.859 no primeiro trimestre de 2024, comparada a uma despesa financeira de R\$65.428 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação 1,42% de janeiro a março de 2024, comparada à variação de 2,09% no mesmo período de 2023.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2024, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$99.173 em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$421.511. No primeiro trimestre de 2023, a Companhia apurou uma despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$118.970 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$488.500.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8d destas informações contábeis intermediárias.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.234.159	447.967
Títulos e valores mobiliários	5	428.738	2.781
Consumidores e revendedores	6	3.438.201	3.545.064
Concessionários - transporte de energia	6	401.347	374.362
Tributos compensáveis	7	447.589	550.472
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	19.684	-
Contribuição de iluminação pública		266.291	260.730
Ativos setoriais da concessão	11b	600.389	493.934
Outros ativos		478.176	510.773
Total do circulante		7.314.574	6.186.083
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	6.383	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	1.860.060	1.884.164
Tributos compensáveis	7	699.100	698.446
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	36.150	113.122
Depósitos vinculados a litígios	9	673.459	662.233
Concessionários - transporte de energia	6	38.617	38.817
Outros ativos		16.883	16.648
Ativos setoriais da concessão	11b	282.649	311.637
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	11a	2.032.893	1.881.509
Ativos de contrato	12	3.625.058	3.430.870
Intangíveis	13	12.432.335	12.099.390
Arrendamentos - direito de uso	15	250.585	259.647
Total do não circulante		21.954.172	21.396.483
Ativo total		29.268.746	27.582.566

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Circulante			
Debêntures	18	595.102	639.713
Fornecedores	16	1.868.797	2.024.449
Impostos, taxas e contribuições	17	274.936	268.455
Imposto de renda e contribuição social	8b	-	80.888
Salários e encargos sociais		151.802	153.285
Encargos regulatórios	19	342.749	373.039
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		120.007	95.134
Obrigações pós-emprego	20	198.431	231.390
Contribuição de iluminação pública		419.030	424.713
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		781.661	704.653
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.636.891	1.499.524
Valores a restituir a consumidores	17	530.986	853.652
Arrendamentos - obrigações	15	50.196	56.294
Outros passivos		488.117	354.578
Total do circulante		7.458.705	7.759.767
Não circulante			
Debêntures	18	6.936.646	5.247.909
Provisões	21	1.533.167	1.480.183
Obrigações pós-emprego	20	3.418.295	3.379.693
Encargos regulatórios	19	104.341	81.147
Valores a restituir a consumidores	17	524.799	501.159
Arrendamentos - obrigações	15	229.577	230.235
Outros passivos		19.262	19.248
Total do não circulante		12.766.087	10.939.574
Total do passivo		20.224.792	18.699.341
Patrimônio líquido			
Capital social	22	6.284.312	6.284.312
Reservas de lucros	22	3.976.565	3.976.565
Ajustes de avaliação patrimonial	22	(1.377.652)	(1.377.652)
Lucros acumulados		160.729	-
Total do patrimônio líquido		9.043.954	8.883.225
Total do passivo e do patrimônio líquido		29.268.746	27.582.566

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Receita líquida	23	5.970.233	5.376.937
Custos			
Custo com energia elétrica	24a	(3.274.736)	(3.053.276)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	24b	(858.976)	(657.608)
Custos de operação	24c	(907.128)	(805.597)
		(5.040.840)	(4.516.481)
Lucro bruto		929.393	860.456
Despesas	24c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(72.978)	(8.081)
Despesas gerais e administrativas		(113.983)	(116.988)
Outras despesas, líquidas		(212.141)	(154.539)
		(399.102)	(279.608)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		530.291	580.848
Receitas financeiras	25	123.196	124.238
Despesas financeiras	25	(231.976)	(216.586)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		421.511	488.500
Imposto de renda e contribuição social correntes	8d	(75.069)	(153.349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(24.104)	34.379
Lucro líquido do período		322.338	369.530
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	22	0,14	0,16

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Lucro líquido do período	322.338	369.530
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em períodos subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 20)	-	43.737
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 8c)	-	(14.871)
	-	28.866
Resultado abrangente do período, líquido de tributos	322.338	398.396

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.371.998	-	498.528	91.269	2.681.185	(1.537.720)	-	7.105.260
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	369.530	369.530
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	28.866	-	28.866
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	28.866	369.530	398.396
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	544.000	-	-	-	-	-	544.000
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,0657 por ação)	-	-	-	-	(155.026)	-	-	(155.026)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	5.371.998	544.000	498.528	91.269	2.526.159	(1.508.854)	369.530	7.892.630
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.284.312	-	577.554	122.202	3.276.809	(1.377.652)	-	8.883.225
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	322.338	322.338
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	322.338	322.338
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,0685 por ação)	-	-	-	-	-	-	(161.609)	(161.609)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024	6.284.312	-	577.554	122.202	3.276.809	(1.377.652)	160.729	9.043.954

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		322.338	369.530
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	21	97.823	79.246
Amortização	13b e 15a	216.199	194.240
Perdas de créditos esperadas	25c	85.425	8.081
Provisões	25c	105.968	65.231
Ajuste de ativos em curso	13	-	(15.583)
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 13b	4.751	4.563
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	24	(322.666)	(695.989)
Juros e variações monetárias		157.466	113.766
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11a	(30.951)	(30.844)
Amortização do custo de transação de empréstimos	18	2.677	872
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	24	(75.674)	(20.841)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8a	99.173	118.970
		662.529	191.242
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		7.100	(277.504)
Tributos compensáveis	7	80.747	150.889
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(12.199)	(123.265)
Depósitos vinculados a litígios		(20)	12.139
Contribuição de iluminação pública		(5.561)	(17.775)
Outros		19.915	(36.367)
		89.982	(291.883)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(157.997)	(275.024)
Impostos, taxas e contribuições		7.300	207.205
Salários e encargos sociais		(1.483)	(18.049)
Contribuição de iluminação pública		(5.683)	18.517
Encargos regulatórios	19	(7.096)	12.102
Contribuições pagas de pós-emprego	21	(92.180)	(86.556)
Provisões pagas	22	(52.984)	(31.315)
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		24.873	24.614
Outros		210.561	199.581
		(74.689)	51.075
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais			
		677.822	(49.566)
Juros de empréstimos e debêntures pagos	18	(36.705)	(69.987)
Juros de arrendamento pagos	15	(204)	(173)
Juros recebidos		13.856	30.513
Imposto de renda e contribuição social pagos		(86.470)	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		568.299	(89.213)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	5	(1.774.837)	(1.131.896)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	5	1.343.086	1.411.613
Em intangível	13	(35.778)	(24.152)
Em ativos de contrato	12	(805.927)	(622.895)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		(1.273.456)	(367.330)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	18	1.946.302	-
Pagamento de arrendamento	15	(14.037)	(12.328)
Pagamento de empréstimos e debêntures	18	(440.916)	(428.531)
Mútuo com partes relacionadas		-	352.806
Aporte para aumento de capital	23	-	544.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		1.491.349	455.947
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		786.192	(596)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	447.967	440.700
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	1.234.159	440.104

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Geração do Valor Adicionado		
Receita com venda de energia e serviços	7.817.580	6.821.326
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	858.976	657.608
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	30.951	30.844
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(72.978)	(8.081)
	8.634.529	7.501.697
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(2.565.969)	(2.486.983)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(964.588)	(803.815)
Serviços de terceiros	(815.477)	(652.127)
Materiais	(432.929)	(388.539)
Outros custos	(234.629)	(138.522)
	(5.013.592)	(4.469.986)
Valor adicionado bruto	3.620.937	3.031.711
Retenções		
Amortização	(216.199)	(194.240)
Valor adicionado líquido	3.404.738	2.837.471
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	129.912	130.284
Valor adicionado a distribuir	3.534.650	2.967.755
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	338.122	314.249
Remuneração direta	202.617	201.778
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	122.958	100.115
FGTS	12.547	12.356
Impostos, taxas e contribuições	2.624.088	2.053.311
Federais	1.509.776	1.406.672
Estaduais	1.111.078	643.970
Municipais	3.234	2.669
Remuneração de capitais de terceiros	250.102	230.665
Juros	249.247	227.147
Aluguéis	855	3.518
Remuneração de capital próprio	322.338	369.530
Juros sobre capital próprio	161.609	155.026
Lucros retidos	160.729	214.504
	3.534.650	2.967.755

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 9.244.564 consumidores em 31 de março de 2024.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 31 de março de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$144 milhões (negativo de R\$1.574 milhões em 31 de dezembro de 2023). A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Adicionalmente, a Companhia apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade.

A Cemig D estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos existentes nas instituições financeiras em que opera, além de suporte do acionista.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias, foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, CPC 21 (R1)/ IAS 34 – Demonstração Intermediária, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º de janeiro de 2024, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais, aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2024.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 10 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

Em relação às alterações do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, do CPC 03 / IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa, do CPC 40 / IFRS 7 – Instrumentos financeiros: evidenciação e do CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após esta data, a Companhia está acompanhando as discussões, e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

2.3. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao primeiro trimestre de 2023 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelo principal gestor da Companhia e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2024	31/12/2023
Contas bancárias	131.112	183.361
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	1.075.088	263.957
Aplicações automáticas - Overnight	27.959	649
	1.103.047	264.606
	1.234.159	447.967

Os **Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 80% a 112% do CDI em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 10,44% a 10,65% a.a. em 31 de março de 2024 (11,42% a 11,65% a.a. em 31 de

dezembro de 2023) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 27 destas informações contábeis intermediárias (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2024	31/12/2023
Certificados de Depósitos Bancários	323.826	136
Letras Financeiras (LF) - Bancos	72.220	878
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	396
Outros	39.075	1.371
	435.121	2.781
Ativo circulante	428.738	2.781
Ativo não circulante	6.383	-

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variou de 103% a 105,8% em 31 de março de 2024 (103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023), conforme operação.

As **Letras Financeiras - Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 108,2% a 113,51% do CDI em 31 de março de 2024 (108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 10,76% a 10,85% a.a. em 31 de março de 2024 (11,83% a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 28 e 27 destas informações contábeis intermediárias, respectivamente.

A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com sua atividade.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	31/03/2024	31/12/2023
Residencial	895.632	357.171	538.171	205.803	304.208	2.300.985	2.284.696
Industrial	43.148	62.161	24.058	15.152	136.364	280.883	268.200
Comércio, serviços e outras	326.717	180.777	149.999	62.596	227.627	947.716	965.483
Rural	126.747	68.237	73.026	24.497	45.397	337.904	406.461
Poder público	81.508	44.253	8.656	220	11.194	145.831	147.071
Iluminação pública	4.619	43.354	570	-	157	48.700	49.584
Serviço público	40.298	36.991	6.063	2.851	28.497	114.700	138.802
Subtotal - consumidores	1.518.669	792.944	800.543	311.119	753.444	4.176.719	4.260.297
Concessionários - transporte de energia	88.040	303.969	34.240	11.939	41.279	479.467	452.443
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	5.923	-	2.134	8.057	33.759
Provisão para perdas de créditos esperadas	(134.713)	(14.489)	(66.926)	(62.039)	(507.911)	(786.078)	(788.256)
	1.471.996	1.082.424	773.780	261.019	288.946	3.878.165	3.958.243
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.438.201	3.545.064
Concessionários - transporte de energia						401.347	374.362
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						38.617	38.817

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias.

As Perdas de Créditos Esperadas (“PCE”) são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2024	31/12/2023
Residencial	312.506	318.772
Industrial	112.977	117.450
Comércio, serviços e outras	228.053	219.451
Rural	39.582	38.304
Poder público	24.979	26.474
Iluminação pública	1.240	1.404
Serviço público	27.237	27.137
Concessionários - transporte de energia	39.504	39.264
	786.078	788.256

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	788.256
Constituições, líquidas (Nota 24c)	72.978
Baixas	(75.156)
Saldo em 31 de março de 2024	786.078

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/03/2024	31/12/2023
Circulante		
ICMS a recuperar (b)	416.360	424.743
Cofins (a)	25.692	103.373
PIS/Pasep (a)	5.110	21.984
Outros	427	372
	447.589	550.472
Não circulante		
ICMS a recuperar (b)	699.100	666.452
Cofins (a)	-	26.287
PIS/Pasep (a)	-	5.707
	699.100	698.446
	1.146.689	1.248.918

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

No primeiro trimestre de 2024, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$24.532 (R\$168.096 no mesmo período de 2023).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas informações contábeis intermediárias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/03/2024	31/12/2023
Imposto de renda	27.239	66.297
Contribuição social	28.595	46.825
	55.834	113.122
Circulante	19.684	-
Não circulante	36.150	113.122

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/03/2024	31/12/2023
Circulante		
Imposto de renda	-	54.130
Contribuição social	-	26.758
	-	80.888

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2023	DRE	Saldo em 31/03/2024
Ativos fiscais diferidos			
Prejuízo fiscal / base negativa	219.698	(37.204)	182.494
Obrigações pós-emprego	1.205.936	12.754	1.218.690
Perdas de créditos esperadas	311.275	2.432	313.707
Provisão para redução a valor recuperável	19.685	14	19.699
Provisões	521.614	17.726	539.340
Taxa de administração	4.125	(93)	4.032
Participação de colaboradores e administradores no resultado	32.346	8.456	40.802
Direito de uso	97.420	(2.297)	95.123
Outros	4.357	99	4.456
	2.416.456	1.887	2.418.343
Passivos fiscais diferidos			
Amortização acelerada	(97)	2	(95)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(254.145)	(8.294)	(262.439)
Encargos financeiros capitalizados	(181.992)	(3.433)	(185.425)
Custo de captação	(7.549)	(17.347)	(24.896)
Passivo de arrendamento	(88.280)	3.081	(85.199)
Outros	(229)	-	(229)
	(532.292)	(25.991)	(558.283)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.884.164	(24.104)	1.860.060

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	421.511	488.500
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(143.314)	(166.090)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	54.947	52.709
Incentivos fiscais	13.291	11.953
Contribuições e doações indedutíveis	(1.346)	(1.989)
Ajustes de ECF de períodos anteriores	(1.557)	-
Multas indedutíveis	(23.190)	(27.320)
Selic sobre indébitos tributários (1)	1.050	11.224
Outros	946	543
	(99.173)	(118.970)
Alíquota efetiva	23,53%	24,35%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(75.069)	(153.349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.104)	34.379

(1) Corresponde à atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido. No exercício de 2022, o saldo dessa atualização foi tributado, porém, com a decisão favorável do STF, o saldo passou a ser excluído na apuração de 2023.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	31/03/2024	31/12/2023
Trabalhista	177.509	173.400
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	13.001	12.849
IR/INSS indenização do anuênio (1)	231.059	228.737
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	75.529	81.894
IRPJ/CSLL	42.543	34.231
Outros	61.229	59.175
	423.361	416.886
Outros		
Regulatório	33.723	33.339
Cível	8.795	8.546
Relações de consumo	4.856	4.725
Bloqueio judicial	20.072	20.259
Outros	5.143	5.078
	72.589	71.947
	673.459	662.233

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisões - Indenização do anuênio;

10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

No primeiro trimestre de 2024, o montante apropriado como receita de subsídios reembolsados via CDE totalizou o montante de R\$413.352 (R\$312.773 no mesmo período em 2023) e os demais subsídios, que incluem bandeiras tarifárias e o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, totalizou o montante de R\$18.278 (R\$15.530 no mesmo período em 2023).

Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$188.322 (R\$187.066 em 31 de dezembro de 2023), reconhecidos no ativo circulante em “Outros ativos”.

Antecipação CDE

Em 09 de fevereiro de 2024, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos sem Coobrigação com o Banco Safra para antecipação de três parcelas vincendas de recebíveis da CDE entre março e maio de 2024, no valor de R\$101.458 cada totalizando R\$304.374. O total recebido em 09 de fevereiro de 2024 foi de R\$297.309. Os pagamentos ao banco ocorrerão à medida do recebimento do recurso original pela CCEE à Cemig D. A Companhia apenas presta serviço de mandatário da cobrança, ou seja, recebe o recurso cedido ao banco e repassa na data acertada. O saldo da obrigação está registrado na rubrica de “outros passivos”.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	31/03/2024	31/12/2023
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	2.032.893	1.881.509
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	883.038	805.571
	2.915.931	2.687.080
Ativo circulante	600.389	493.934
Ativo não circulante	2.315.542	2.193.146

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.881.509
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	120.477
Outras transferências	-
Realização	(44)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (Nota 23)	30.951
Saldo em 31 de março de 2024	2.032.893

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos e a movimentação desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados demonstrados a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldos em 31/03/2024	Valores em amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	(683.839)	371.650	(452.068)	54.340	230.546	(479.371)	(169.682)	(309.689)	(359.659)	(119.712)
Aquisição de energia (CVA energia)	(1.108.220)	209.025	(262.512)	34.432	133.402	(993.873)	(174.506)	(819.367)	(792.803)	(201.070)
Custo da energia de Itaipu	28.839	-	(89.514)	4.697	(68.218)	(124.196)	57.698	(181.894)	(72.667)	(51.529)
Proinfa	(19.738)	-	-	-	(4.917)	(24.655)	(8.629)	(16.026)	(22.118)	(2.537)
Transporte rede básica	412.968	143.264	(86.998)	11.651	15.046	495.931	44.583	451.348	412.678	83.253
Transporte de energia Itaipu	67.087	20.306	(8.602)	1.701	-	80.492	5.478	75.014	66.678	13.814
ESS	(62.009)	(31.222)	(3.680)	1.581	152.108	56.778	(93.903)	150.681	23.259	33.519
CDE	(2.766)	30.277	(762)	278	3.125	30.152	(403)	30.555	25.314	4.838
Demais ativos financeiros setoriais	1.489.410	324.389	(504.439)	31.383	21.666	1.362.409	212.557	1.149.852	960.048	402.361
Quota parte de energia nuclear	138.284	27.907	(32.944)	4.398	-	137.645	19.900	117.745	111.581	26.064
Neutralidade da parcela A	386.281	114.288	(9.360)	4.305	23.767	519.281	(11.446)	530.727	498.149	21.132
Sobrecontratação de energia (1)	921.900	182.194	(209.244)	15.433	-	910.283	139.496	770.787	752.759	157.524
Devoluções tarifárias	(87.736)	-	-	-	(7.250)	(94.986)	(6.266)	(88.720)	(87.694)	(7.292)
Outros	130.681	-	(252.891)	7.247	5.149	(109.814)	70.873	(180.687)	(314.747)	204.933
Total ativos financeiros setoriais	805.571	696.039	(956.507)	85.723	252.212	883.038	42.875	840.163	600.389	282.649
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	-	(428.235)	731.131	(72.350)	(230.546)	-	-	-	-	-
Aquisição de energia (CVA energia)	-	(348.638)	546.938	(64.898)	(133.402)	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	(65.358)	-	(2.860)	68.218	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(14.781)	10.526	(662)	4.917	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	-	-	15.046	-	(15.046)	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	157.374	(5.266)	(152.108)	-	-	-	-	-
CDE	-	542	1.247	1.336	(3.125)	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	-	(158.666)	191.912	(11.580)	(21.666)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	(2.261)	26.528	(500)	(23.767)	-	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	-	(24.584)	18.799	(1.465)	7.250	-	-	-	-	-
Outros	-	(131.821)	146.585	(9.615)	(5.149)	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	-	(586.901)	923.043	(83.930)	(252.212)	-	-	-	-	-
Total dos ativos e passivos financeiros Setoriais (líquido)	805.571	109.138	(33.464)	1.793	-	883.038	42.875	840.163	600.389	282.649

(1) O ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo nos anos de 2017 e 2018, provisoriamente repassado aos consumidores pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, foi recuperado pela Companhia nos reajustes tarifários de 2021 (parcialmente) e de 2023, ambos relativos à sobrecontratação de 2017. Tal feito foi possível em razão da publicação do despacho ANEEL nº 2.168, de 2022, reconhecendo a integralidade da sobrecontratação de 2017 como voluntária. Em relação à sobrecontratação de 2018, no valor de R\$30.024, houve a publicação do despacho de involuntariedade nº 4.395 em 10 de novembro de 2023, garantindo a recuperação no próximo reajuste tarifário. No que diz respeito ao valor constituído no período, há um alto volume de sobra de energia, observada no mercado de forma geral, liquidada no Mercado de Curto Prazo por um PLD baixo. Essas sobras de energia devem-se, principalmente, em razão do aumento crescente da energia injetada pelas instalações MMGD.

Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão.

12. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.430.870
Adições	823.198
Transferências para o ativo financeiro (Nota 11a)	(120.477)
Transferências para o ativo intangível (Nota 13)	(508.533)
Saldo em 31 de março de 2024	3.625.058

Dentre as adições realizadas no primeiro trimestre findo em 31 de março de 2024, no montante de R\$823.197, está contemplado o montante de R\$17.271 (R\$10.561 no período de janeiro a março de 2023) a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 18.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e por isso não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A natureza das adições em ativo de contrato é apresentada na nota nº 24b. As adições estão representadas em “Receita de construção de infraestrutura de distribuição” na nota explicativa 23.

13. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	31/03/2024			31/12/2023		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	28.158.581	(12.171.093)	15.987.488	27.525.998	(11.928.214)	15.597.784
(-) Obrigações especiais (Nota 14)	(5.789.193)	2.075.145	(3.714.048)	(5.690.916)	2.019.803	(3.671.113)
Ativos da concessão líquidos	22.369.388	(10.095.948)	12.273.440	21.835.082	(9.908.411)	11.926.671
Intangível em curso	158.895	-	158.895	172.719	-	172.719
Total do intangível	22.528.283	(10.095.948)	12.432.335	22.007.801	(9.908.411)	12.099.390

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.099.390
Adições	35.778
Baixas	(4.707)
Transferência de ativos de contrato (Nota 12)	508.533
Amortização	(206.659)
Saldo em 31 de março de 2024	12.432.335

Dentre as adições realizadas no primeiro trimestre de 2024, não houve movimentação a título de encargos financeiros.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão. A natureza das adições em intangível é apresentada na nota nº 24b. As adições estão representadas em “Receita de construção de infraestrutura de distribuição” na nota explicativa 23.

14. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

As obrigações vinculadas à concessão representam a participação de terceiros, consumidores, União, Estados e Municípios, dentre outros, em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.

A composição das obrigações vinculadas à concessão é a apresentada a seguir:

Obrigações Vinculadas à Concessão	31/03/2024	31/12/2023
Participação Financeira do Consumidor	(5.402.793)	(5.283.276)
Participação da União, Estados e Municípios (1)	(651.147)	(637.219)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(360.074)	(356.225)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(12.284)	(12.156)
Atualização Financeira Obrigações Especiais	(20.196)	(18.513)
(-) Amortização Acumulada	2.075.145	2.019.803
Total	(4.777.052)	(4.693.289)

Alocação	31/03/2024	31/12/2023
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(911.931)	(889.790)
Infraestrutura - Intangível em Serviço (Nota 13)	(3.714.048)	(3.671.113)
Infraestrutura - Ativo Financeiro	(151.073)	(132.386)
Total	(4.777.052)	(4.693.289)

(1) A participação dos municípios é a mais relevante da rubrica Participação da União, Estados e Municípios (70% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

15. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	148.367	111.280	259.647
Baixa (contratos encerrados)	(201)	-	(201)
Adição	825	-	825
Amortização (1)	(2.222)	(7.466)	(9.688)
Remensuração (2)	2	-	2
Saldo em 31 de março de 2024	146.771	103.814	250.585

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$149 no primeiro trimestre de 2024 (R\$136 no período comparativo); a taxa anual média ponderada de amortização é 5,92% para Imóveis e 21,01% para Veículos.

(2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	286.529
Adição	825
Baixas (contratos encerrados)	(221)
Juros incorridos (1)	6.879
Arrendamentos pagos	(14.037)
Juros sobre arrendamentos pagos	(204)
Remensuração	2
Saldo em 31 de março de 2024	279.773
Passivo circulante	50.196
Passivo não circulante	229.577

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$379 no primeiro trimestre de 2024 (R\$369 no período comparativo).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa. As transações envolvendo partes relacionadas estão na nota explicativa 26.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamentos, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	594.180	279.773
PIS/Pasep e Cofins potencial	43.015	15.208

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2024	44.264
2025	58.843
2026	58.591
2027	48.706
2028	22.831
2029 a 2049	360.945
Valores não descontados	594.180
Juros embutidos	(314.407)
Passivo de arrendamentos	279.773

16. FORNECEDORES

	31/03/2024	31/12/2023
Energia de curto prazo - CCEE	84.227	128.122
Encargos de uso da rede elétrica (1)	257.772	242.661
Energia elétrica comprada para revenda	718.850	746.018
Itaipu binacional	210.120	239.780
Materiais e serviços	597.828	667.868
	1.868.797	2.024.449

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 27 dessas informações contábeis intermediárias.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	31/03/2024	31/12/2023
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	80.824	63.813
Cofins	86.373	92.459
PIS/Pasep	18.652	19.989
INSS	33.399	35.021
ISSQN	17.828	18.112
Outros	37.860	39.061
	274.936	268.455
Valores a restituir a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	190.186	512.852
ICMS (1)	340.800	340.800
	530.986	853.652
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	524.799	501.159
	1.055.785	1.354.811
	1.330.721	1.623.266

(1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Ainda estão pendentes de definição os montantes a serem devolvidos bem como a forma de devolução, uma vez que o tema vem sendo discutido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195 do Distrito Federal, bem como junto à Sefaz/MG pela Cemig. Neste sentido, o valor provisionado pela Companhia não sofreu qualquer alteração no período em função desta indefinição. Ademais, a Companhia registrou um ativo referente ao ICMS a recuperar frente ao Estado de Minas Gerais na mesma proporção, que também não sofreu qualquer alteração.

A movimentação dos valores a restituir a consumidores é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.354.811
Restituição aos consumidores	(322.666)
Atualização financeira- Selic	23.640
Saldo em 31 de março de 2024	1.055.785

Até 31 de março de 2024 já foi restituído o montante de R\$6.174.695 aos consumidores.

18. DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2024						31/12/2023
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	310.969	-	310.969	634.988
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI + 0,454%	R\$	135.520	-	135.520	271.109
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	22.185	1.976.588	1.998.773	1.948.110
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI + 1,35%	R\$	17.069	500.000	517.069	502.212
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	8.997	537.332	546.329	530.068
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (1)	2026	CDI + 2,05%	R\$	95.636	2.000.000	2.095.636	2.032.032
Debêntures - 10ª emissão - 1ª série (1)	2029	CDI + 0,80%	R\$	1.591	400.000	401.591	-
Debêntures - 10ª emissão - 2ª série (1)	2034	IPCA + 6,15%	R\$	3.420	1.603.521	1.606.941	-
(-) Desconto na emissão de debêntures (2)				-	(7.856)	(7.856)	(8.692)
(-) Custos de transação				(285)	(72.939)	(73.224)	(22.205)
Total				595.102	6.936.646	7.531.748	5.887.622

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
 (2) Desconto na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Captação de recursos

Em 13 de março de 2024, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em até 2 séries, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 15 de março de 2024, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões de debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos sustentáveis”, perfazendo o valor total de dois bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	400.000	R\$400.000.000,00	CDI + 0,80%	5 anos	48º e 60º meses
2ª	1.600.000	R\$1.600.000.000,00	IPCA + 6,1469%	10 anos	96º, 108º e 120º meses

Os recursos líquidos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à recomposição de caixa da companhia, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 10ª Emissão - 1ª Série	março de 2024	2029	CDI + 0,80%	400.000
Debêntures - 10ª Emissão - 2ª Série	março de 2024	2034	IPCA + 6,1469%	1.600.000
(-) Custos de transação				(53.698)
Total de captações				1.946.302

A agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 4,3 anos. A composição das debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	36.438	1.297.427	988.294	-	268.666	1.872.187	4.463.012
CDI (2)	249.816	1.000.000	1.000.000	500.000	200.000	200.000	3.149.816
Total por Indexadores	286.254	2.297.427	1.988.294	500.000	468.666	2.072.187	7.612.828
(-) Custos de transação	(260)	(5.556)	(5.531)	(693)	(9.932)	(51.252)	(73.224)
(-) Desconto	-	(3.787)	(3.787)	-	(141)	(141)	(7.856)
Total geral	285.994	2.288.084	1.978.976	499.307	458.593	2.020.794	7.531.748

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Indexador	Variação acumulada em 31/03/2024 (%)	Variação acumulada em 31/03/2023 (%)
IPCA	1,42	2,09
CDI	2,62	3,2

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.887.622
Debêntures obtidas	2.000.000
Custos de transação	(53.698)
Captações líquidas	1.946.302
Variação monetária	49.859
Encargos financeiros provisionados	122.909
Amortização do custo de transação	2.677
Encargos financeiros pagos	(36.705)
Amortização de principal	(440.916)
Saldo em 31 de março de 2024	7.531.748

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Encargos de empréstimos e debêntures	122.909	80.467
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato (1) (Nota 12)	(17.271)	(10.561)
Efeito líquido no resultado	105.638	69.906

- (1) A taxa média de capitalização foi de 11,57% a.a. em 31 de março de 2024 (14,07% a.a. em 31 de março de 2023).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 31 de março de 2024, o saldo devedor dos empréstimos é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	2.124.254
Aval e fianças	310.873
Fiança	5.096.621
TOTAL	7.531.748

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª, 8ª e 9ª emissões de Debêntures (1)	Dívida Líquida / Lajida ajustado (2)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
10ª emissão de debêntures	Dívida Líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 30 de junho de 2024 até 30 de junho de 2029 Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	Semestral e anual

- (1) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- (2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esse índice de forma contínua.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2024	31/12/2023
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE (1)	191.878	187.177
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	124.222	126.468
Pesquisa Expansão Sistema Energético (a)	1.604	3.468
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (a)	3.492	7.219
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	66.818	66.818
CDE sobre P&D (2)	1.997	2.166
CDE sobre PEE (2)	3.994	7.785
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.199	2.199
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	447.090	454.186
Passivo circulante	342.749	373.039
Passivo não circulante	104.341	81.147

- (1) O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Para tanto, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente um montante de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico;
- (2) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (3) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

a) Pesquisa e desenvolvimento e inovação

A Companhia deve destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. A movimentação dos saldos relacionados segue abaixo.

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Recolhimento (1)	Investimento	Correção monetária (Selic)	Saldo em 31/03/2024
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	7.219	327	(4.054)	-	-	3.492
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.468	163	(2.027)	-	-	1.604
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	126.468	7.020	-	(12.425)	3.159	124.222

- (1) Do valor recolhido referente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico R\$608 diz respeito a compensação de créditos e do referente a Pesquisa Expansão Sistema Energético R\$304 são de compensação.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Recolhimento	Investimento	Correção monetária (Selic)	Saldo em 31/12/2023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.735	49.459	(48.975)	-	-	7.219
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.226	24.729	(24.487)	-	-	3.468
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	112.458	27.087	-	(27.307)	14.230	126.468

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Movimentação do passivo líquido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	1.394.720	2.177.881	38.482	3.611.083
Despesa reconhecida no resultado	31.654	65.024	1.145	97.823
Custo do serviço passado	-	-	-	-
Contribuições pagas	(58.038)	(33.497)	(645)	(92.180)
Perdas (ganhos) atuariais	-	-	-	-
Passivo líquido em 31 de março de 2024	1.368.336	2.209.408	38.982	3.616.726
			31/03/2024	31/12/2023
Passivo circulante			198.431	231.390
Passivo não circulante			3.418.295	3.379.693

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados na despesa, reconhecida no resultado do período de janeiro a março de 2024, referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$96.053 (R\$107.256 no primeiro trimestre de 2023), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$1.770 (R\$5.980 no primeiro trimestre de 2023), reconhecidos no resultado financeiro do exercício de 2023.

21. PROVISÕES

	31/12/2023	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2024
Trabalhistas	319.378	24.896	-	(21.133)	323.141
Cíveis					
Relações de consumo	42.076	30.162	(7)	(25.816)	46.415
Outras ações cíveis	37.688	16.493	-	(3.012)	51.169
	79.764	46.655	(7)	(28.828)	97.584
Tributárias	1.033.127	20.512	-	(48)	1.053.591
Regulatórias	36.600	2.801	-	(1.990)	37.411
Outras	11.314	12.148	(1.037)	(985)	21.440
Total	1.480.183	107.012	(1.044)	(52.984)	1.533.167

Há ações judiciais cuja expectativa de desembolso de caixa é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, que as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível	31/03/2024	31/12/2023
Trabalhistas	1.373.041	1.145.327
Cíveis		
Relações de consumo	339.609	306.055
Outras ações cíveis	503.473	486.699
	843.082	792.754
Tributárias	1.403.654	1.373.073
Regulatórias	732.875	684.929
Outras	1.139.321	1.116.568
Total	5.491.973	5.112.651

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados na nota explicativa nº 23 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Ocorreu um aumento significativo nas perdas possíveis de cunho trabalhista referentes aos 50% do Equacionamento do Déficit do fundo de pensão (Forluz) de 2021 que se encontra em discussão judicial. Mais detalhes desse tema na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2023.

Adicionalmente para o trimestre findo em 31 de março de 2024, não houve alterações relevantes no andamento dos demais processos ou nos valores provisionados, os quais foram atualizados monetariamente no período.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$6.284.312, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	322.338	369.530
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,14	0,16

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico por ação.

c) Remuneração dos acionistas

Em 21 de março de 2024, A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no total de R\$161.609, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025.

Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCP's ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$24.241, reconhecidos no resultado do exercício de 2024.

23. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	5.727.071	4.721.748
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	322.666	695.989
Receita de uso da rede - consumidores livres	1.178.238	987.508
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (1)	75.674	20.841
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (notas 12 e 13)	858.976	657.608
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (nota 11)	30.951	30.844
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(45.927)	(38.469)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	-	(3.766)
Outras receitas (b)	559.858	437.475
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(2.737.274)	(2.132.841)
	5.970.233	5.376.937

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 17.

(1) Esse valor decorre do total de adições e amortizações da nota explicativa 11b.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Residencial	3.250.170	2.984.825	3.126.497	2.394.793
Industrial	275.264	334.141	280.060	267.124
Comércio, serviços e outros	1.076.142	1.113.679	1.318.467	1.186.640
Rural	600.086	517.361	528.042	390.205
Poder público	252.541	223.654	223.285	164.544
Iluminação pública	248.003	269.516	130.982	116.991
Serviço público	219.441	272.353	185.343	164.251
Subtotal	5.921.647	5.715.529	5.792.676	4.684.548
Consumo próprio	8.188	7.545	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	17.603	40.467
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(83.208)	(3.267)
Total	5.929.835	5.723.074	5.727.071	4.721.748

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

b) Outras receitas

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Serviço taxado	4.626	5.117
Outras prestações de serviços	9.338	4.816
Subvenções Baixa Renda	108.982	87.221
Subsídio SCEE (1)	48.244	-
Subsídio de bandeiras tarifárias	18.276	17.523
Outras subvenções (2)	256.128	225.559
Aluguel e arrendamento	112.799	96.930
Outras	1.465	309
	559.858	437.475

(1) Sistema de compensação de energia elétrica – SCEE, subsídio de compensação de geração distribuída, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023.

(2) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, bem como a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.

c) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.109.829	642.626
PIS/Pasep	106.451	98.557
Cofins	490.322	453.959
ISSQN	430	240
	1.707.032	1.195.382
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	19.053	8.808
Conta de desenvolvimento energético - CDE	973.503	884.800
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7.020	9.735
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	10.028	13.907
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	5.014	6.954
CDE sobre P&D	3.008	4.172
CDE sobre PEE	6.017	2.781
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	6.599	6.302
	1.030.242	937.459
	2.737.274	2.132.841

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	268.696	262.175
Contratos por cotas de garantia física	224.569	239.079
Cotas das usinas de Angra I e II	94.399	89.917
Energia de curto prazo - CCEE	47.226	72.151
Contratos bilaterais	127.290	125.429
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.026.912	951.606
PROINFA	113.113	127.894
Geração distribuída	663.764	618.732
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(166.596)	(163.169)
	2.399.373	2.323.814
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	56.850	40.809
Encargos Transmissão - Rede Básica	682.057	539.422
Encargos de Conexão	37.388	30.145
Encargos Distribuição	2.195	2.004
Energia CCEE-ESS	34.968	2.504
Energia CCEE-EER	151.129	188.931
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(89.224)	(74.353)
	875.363	729.462
	3.274.736	3.053.276

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Pessoal	42.047	25.084
Materiais	410.149	363.204
Serviços de terceiros	367.503	247.746
Encargos financeiros	17.271	10.561
Arrendamentos e aluguéis	1.129	998
Impostos e taxas	737	132
Aquisição de servidão	17.988	2.739
Outros	2.152	7.144
	858.976	657.608

c) Outros custos e despesas

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Pessoal	160.705	169.657	-	-	49.449	55.008	-	-	210.154	224.665
Participação de empregados e administradores no resultado	245	-	-	-	-	-	24.873	24.614	25.118	24.614
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	96.053	73.266	96.053	73.266
Materiais	20.241	20.899	-	-	2.539	4.436	-	-	22.780	25.335
Serviços de terceiros (C.1)	404.100	360.750	-	-	41.490	40.486	-	-	445.590	401.236
Amortização (Nota 13b)	201.831	183.503	-	-	4.828	3.142	-	-	206.659	186.645
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 15)	9.540	7.595	-	-	-	-	-	-	9.540	7.595
Provisões	105.968	55.902	-	-	-	-	-	-	105.968	55.902
Perdas de créditos esperadas	-	-	72.978	8.081	-	-	12.447	2.670	85.425	10.751
Outras despesas (C.2)	4.498	7.291	-	-	15.677	13.916	78.768	53.989	98.943	75.196
	907.128	805.597	72.978	8.081	113.983	116.988	212.141	154.539	1.306.230	1.085.205

C.1) Serviços de terceiros

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Leitura de medidores e entrega de contas	40.191	38.994
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	193.033	161.897
Comunicação	44.002	43.319
Conservação e limpeza de prédios	16.092	15.043
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	29.614	21.916
Corte e religação	17.162	18.804
Podas de árvores	16.170	12.015
Serviços advocatícios e custas processuais	5.066	4.565
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	1.076	1.680
Serviços de tecnologia da informação	44.877	39.179
Mão de obra contratada	8.612	5.233
Hospedagem e alimentação	4.329	3.170
Vigilância	3.129	3.146
Reprografia e publicações legais	4.396	3.279
Inspeção de unidades consumidoras	9.008	15.114
Outros	8.833	13.882
	445.590	401.236

C.2) Outras despesas, líquidas

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Propaganda e publicidade	1.458	486
Consumo próprio de energia elétrica	6.804	3.927
Subvenções e doações	3.960	5.851
Anuidade CCEE	954	824
Seguros	1.583	2.295
Forluz - custeio administrativo	7.391	6.838
Resultado na desativação e alienação de bens (1)	42.656	27.089
Agentes arrecadadores	14.729	18.134
Impostos e taxas	4.053	3.773
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável	41	(15.583)
Multa Aneel	3.003	3.436
Outras despesas (reversão)	12.311	18.126
	98.943	75.196

(1) De acordo com a atual política de investimentos da Companhia, a desativação e alienação de bens tem aumentado devido à substituição de equipamentos.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	15.936	10.687
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(6.716)	(6.046)
Acréscimos moratórios de contas de energia	72.904	61.649
Variações cambiais de Itaipu	-	1.889
Variações monetárias	13.274	4.439
Variação monetária depósitos judiciais	11.206	8.488
Variação monetária - CVA (Nota 11b)	1.793	26.610
Outras	14.799	16.522
	123.196	124.238
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(105.638)	(69.906)
Amortização do custo de transação (Nota 18)	(2.677)	(872)
Encargos de variação monetária - Forluz	(1.770)	(5.980)
Variações cambiais de Itaipu	(2.345)	-
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 19)	(49.859)	(65.428)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(20.590)	(35.736)
Variação monetária de P&D e PEE	(6.839)	(9.888)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 15)	(6.500)	(6.392)
Outras variações monetárias	(5.603)	(2.835)
Outras	(30.155)	(19.549)
	(231.976)	(216.586)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(108.780)	(92.348)

(1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida. Os valores correspondentes à devolução aos consumidores foram homologados pela Aneel e incorporados nos reajustes tarifários de 2020, 2021, 2022 e 2023.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Operações com energia elétrica								
Cemig Geração e Transmissão	6.300	3.417	9.129	8.862	416	712	(14.456)	(22.949)
Aliança Geração	3.521	3.446	11.630	11.591	12.179	8.506	(32.046)	(31.292)
Norte Energia	-	-	31.419	30.975	-	-	(69.823)	(67.925)
Taesa	-	-	-	-	-	-	(1.130)	(1.042)
Guanhães	36	-	54	-	4	-	(252)	-
Cemig Sim	60	-	-	-	1.074	312	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	453	416	-	-
Hidrelétrica Pipoca	160	-	-	-	451	292	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	12.407	12.407	-	-	(27.916)	(24.467)
Sete Lagoas	-	-	295	295	-	-	(664)	(634)
Taesá	-	-	104	104	-	-	-	-
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	22.072	22.021	7.865	7.110	(66.760)	(60.564)
Centroeste	-	-	-	-	-	-	(400)	(376)
Sete Lagoas	-	-	-	-	-	-	(1.304)	(1.194)
Taesá	-	-	11.213	11.005	-	-	(35.760)	(30.324)

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais	45.974	45.292	-	-	54.317	40.925	-	-

O saldo de Consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	7.119	9.275	22.833	-	-	(9.275)	(5.445)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	203	203	-	-	-	-

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Mútuo								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(10.925)	(6.342)

Referem-se aos contratos de mútuo firmados, em 10 de janeiro de 2024, 25 de janeiro de 2024 e 09 de fevereiro de 2024, entre a Companhia e a sua controladora nos montantes de R\$150.000 e R\$ 200.000 e R\$ 400.000, respectivamente. Os contratos de mútuo em questão foram liquidados em 15 de março de 2024 (o primeiro mútuo) e 18 de março de 2024 (os dois últimos), acrescidos de juros nos montantes de R\$ 3.195 mil, R\$ 3.276 mil e

R\$ 4.454 mil, respectivamente, correspondentes à taxa de juros equivalente de 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora os mútuos obtiveram anuência da Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.636.891	1.497.494	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R\$1.636.891.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	27.959	649	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	171.937	1.424	-	-	867	-	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	6.383	-	-	-	-	-	-	-

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	19.547	18.686	-	-	(6.411)	(6.157)
Não circulante								
Arrendamento operacional	133.211	134.742	136.624	131.252	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Em 27 de março de 2024 a Companhia firmou termo aditivo para devolução de 5 andares do Edifício Júlio Soares, alteração de valores de locação e retirada da Gasmig e Cemig Sim do contrato. A nova data-base do contrato teve início em 1 de abril de 2024, com vigência até março de 2029, sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2024	Jan a Mar/2023
Benefícios pós-emprego								
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	61.267	91.198	-	-	(31.654)	(40.781)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(13.232)	(13.011)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(7.391)	(6.838)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	1.307.069	1.303.522	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	157.956	160.985	-	-	(66.169)	(72.455)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	2.090.435	2.055.379	-	-	-	-

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20);
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20).

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2024 e 31 de março 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2024	Jan a Dez/2023
Remuneração	2.516	2.160
Participação nos resultados (reversão)	835	751
Previdência privada	190	161
Planos de saúde e odontológico	15	19
Seguro de vida	2	3
Total (1)	3.558	3.094

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/03/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		7.304	7.304	1.356	1.356
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 6)		3.878.165	3.878.165	3.958.243	3.958.243
Fundos vinculados		11.098	11.098	11.532	11.532
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		883.038	883.038	805.571	805.571
Reembolso de subsídios tarifários		188.322	188.322	187.066	187.066
		4.967.927	4.967.927	4.963.768	4.963.768
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	1.103.047	1.103.047	264.606	264.606
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	323.826	323.826	136	136
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	37.469	37.469	396	396
Letras financeiras - bancos	2	65.837	65.837	878	878
Debêntures	2	685	685	15	15
		427.817	427.817	1.425	1.425
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	2.032.893	2.032.893	1.881.509	1.881.509
		3.563.757	3.563.757	2.147.540	2.147.540
		8.531.684	8.531.684	7.111.308	7.111.308
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures		(7.531.748)	(7.531.748)	(5.887.622)	(5.887.622)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		(33.547)	(33.547)	(65.417)	(65.417)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(371.310)	(371.310)	(377.390)	(377.390)
Fornecedores		(1.868.797)	(1.868.797)	(2.024.449)	(2.024.449)
Passivo de arrendamentos		(279.773)	(279.773)	(286.529)	(286.529)
		(10.085.175)	(10.085.175)	(8.641.407)	(8.641.407)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As

informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (*inputs*) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

As informações sobre a metodologia de cálculo do valor justo das posições estão divulgadas na nota explicativa 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia elétrica comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/03/2024		31/12/2023	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(42.056)	(210.120)	(49.528)	(239.780)
Passivo líquido exposto		(210.120)		(239.780)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de março de 2025 será uma valorização de 2,86% (R\$4,98). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso:

Risco - Exposições cambiais	31/03/2024	31/03/2025	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,99	Cenário adverso Dólar R\$6,01
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(210.120)	(209.859)	(252.756)
Passivo líquido exposto	(210.120)	(209.859)	(252.756)
Efeito líquido da variação cambial		261	(42.636)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 31 de março de 2024. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	31/03/2024	31/12/2023
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota4)	1.103.047	264.606
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	435.121	2.781
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11b)	883.038	805.571
	2.421.206	1.072.958
Passivos		
Debêntures - CDI (Nota 18)	(3.149.816)	(2.805.353)
	(3.149.816)	(2.805.353)
Passivo líquido exposto	(728.610)	(1.732.395)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2025, a taxa Selic será de 8,5%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de um aumento na taxa. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Aumento nas taxas de juros nacionais	31/03/2024	31/03/2025	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 8,5%	Cenário adverso Selic 13,25%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota4)	1.103.047	1.196.806	1.249.201
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	435.121	472.106	492.775
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11b)	883.038	958.096	1.000.041
	2.421.206	2.627.008	2.742.017
Passivos			
Debêntures - CDI (Nota 18)	(3.149.816)	(3.417.550)	(3.567.167)
	(3.149.816)	(3.417.550)	(3.567.167)
Passivo líquido exposto	(728.610)	(790.542)	(825.150)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(61.932)	(96.540)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de março de 2024, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	31/03/2024	31/12/2023
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11a)	2.032.893	1.881.509
	2.032.893	1.881.509
Passivos		
Debêntures - IPCA (Nota 18)	(4.463.012)	(3.113.166)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(33.547)	(65.417)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(371.310)	(377.390)
Passivo de arrendamentos	(279.773)	(286.529)
	(5.147.642)	(3.842.502)
Passivo líquido exposto	(3.114.749)	(1.960.993)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 3,89% e a taxa de IGPM será de 3,09% em 31 de março de 2025, a Companhia fez uma análise de sensibilidade do efeito no resultado em um cenário adverso, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	31/03/2024	31/03/2025	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 3,89% IGPM 3,09%	Cenário adverso IPCA 7,32% IGPM 9,62%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11a)	2.032.893	2.111.973	2.181.701
	2.032.893	2.111.973	2.181.701
Passivos			
Debêntures - IPCA (Nota 18)	(4.463.012)	(4.636.623)	(4.789.704)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(33.547)	(34.852)	(36.003)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(371.310)	(385.754)	(398.490)
Passivo de arrendamentos	(279.773)	(290.656)	(300.252)
	(5.147.642)	(5.347.885)	(5.524.449)
Passivo líquido exposto	(3.114.749)	(3.235.912)	(3.342.748)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(121.163)	(227.999)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas (*)											
Empréstimos e debêntures	45.000	1.186	90.000	217.083	319.886	374.912	5.316.596	1.215.680	2.498.719	516.387	10.595.449
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	11.098	163	22.437	164	-	-	-	-	-	-	33.862
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	3.162	1.830	6.398	3.630	29.986	15.766	200.993	64.797	193.346	17.985	537.893
	59.260	3.179	118.835	220.877	349.872	390.678	5.517.589	1.280.477	2.692.065	534.372	11.167.204
Pré-fixadas											
Fornecedores	1.727.860	-	140.937	-	-	-	-	-	-	-	1.868.797
	1.787.120	3.179	259.772	220.877	349.872	390.678	5.517.589	1.280.477	2.692.065	534.372	13.036.001

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 15.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 18 destas informações contábeis intermediárias.

Risco de crédito e outros riscos operacionais

As informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
Total do passivo	20.224.792	18.699.341
Caixa e equivalentes de caixa	(1.234.159)	(447.967)
Títulos e valores mobiliários	(428.738)	(2.781)
Passivo líquido	18.561.895	18.248.593
Total do patrimônio líquido	9.043.954	8.883.225
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,05	2,05

28. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados.

Em agosto de 2023, os promotores naturais do Ministério Público de Minas Gerais decidiram pelo arquivamento dos Inquéritos Civis Públicos que investigavam fatos narrados na referida CPI. As decisões constataram a regularidade dos atos de gestão da Cemig. Por outro lado, encontram-se pendentes a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais e a conclusão da investigação em relação ao contrato do IBM pela Polícia Civil-MG.

Ressalta-se que quanto aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares, não tendo sido identificados impactos nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2024 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Dimas Costa
Vice-Presidente de Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Participações

Thadeu Carneiro da Silva
Vice-Presidente sem denominação

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigoli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 7 de maio de 2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a março de 2024. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a março de 2024. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Informações Contábeis Intermediárias.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2024.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Dimas Costa – Vice-presidente de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Thadeu Carneiro da Silva – Vice-presidente de Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Participações

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristina Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 7 de maio de 2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a março de 2024. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a março de 2024. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 7 de maio de 2024.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Dimas Costa – Vice-presidente de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Thadeu Carneiro da Silva – Vice-presidente de Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Participações

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristina Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico